

Fale para o professor

Considerações sobre circulação e uso do livro didático de Língua Portuguesa na escola

Andreia Rezende Garcia Reis*
andreiargarcia@yahoo.com.br

Tânia Guedes Magalhães**
tania.magalhaes@ufjf.edu.br

* Doutora em Linguística pela UFRJ, professora de Língua Portuguesa da Faculdade Metodista Granbery e da Rede Municipal de Juiz de Fora, autora de livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, professora formadora do programa Gestar II.

** Doutora em Letras pela UFF, professora da UFJF.

Este artigo tem o objetivo de trazer reflexões sobre o livro didático de Língua Portuguesa, mais especificamente sua adoção, circulação e utilização pelos professores. Desse modo, faremos uma lista de perguntas e respostas acerca dos tópicos que selecionamos como os mais importantes para tratar do uso desse material na atualidade.

Consideramos esse tema de grande importância para a Linguística Aplicada, uma vez que o livro didático, muitas vezes, guia o trabalho docente. Por diversas causas, os manuais tornaram-se um dos principais fatores que influenciam o trabalho pedagógico, determinando sua finalidade, definindo seu currículo, organizando o cotidiano da sala de aula.

Desse modo, não estamos defendendo, neste trabalho, a adoção ou não dos livros didáticos, mas, sim, avaliando as possibilidades de uso desse material, em seus diversos aspectos.

O que é PNLD e PNLEM?

Desde 1960, existe um trabalho de avaliação das obras distribuídas pelo MEC. Contudo, como os livros ainda apresentavam inadequações de diversas naturezas, atualmente a análise tem se tornado mais criteriosa e detalhada. A partir de 1996, o MEC formou o COMDIPE - Coordenação Geral de Avaliação de Materiais Didáticos e Pedagógicos, requerendo a assessoria de comissões

formadas por professores universitários e especialistas para avaliar sistemática e continuamente as obras distribuídas. O PNLD, Programa Nacional do Livro Didático, é um programa do Governo Federal que visa à avaliação e à distribuição gratuita de livros para o Ensino Fundamental às escolas públicas de todo o país. Em 2006, a distribuição foi ampliada também para o Ensino Médio (por meio do Programa Nacional de Livro para o Ensino Médio – PNLEM) e, mais recentemente, para a Educação de Jovens e Adultos.

Embora esse processo de avaliação seja rigoroso, segundo Rojo e Batista (2003) e Marcuschi (DIONÍSIO e BEZERRA, 2003), houve, durante algum tempo, uma hierarquia entre as obras selecionadas, o que fez a classificação ter “estrelas”, que correspondiam a *recomendados com distinção*, *recomendados* e *recomendados com ressalva*. A partir de 2005, a avaliação abarcou apenas duas categorias – aprovados ou excluídos.

Ao final de cada processo, é elaborado um Guia de Livros Didáticos. Nele são delineados os critérios que nortearam a avaliação dos livros, bem como apresentadas as resenhas das obras aprovadas. O Guia é enviado às escolas como instrumento de base e consulta para a escolha dos livros didáticos.

2) Quais são os critérios de seleção das obras?

Dentre os critérios de seleção das obras, há os de caráter eliminatório e os de caráter classificatório. Os primeiros informam que os livros não podem apresentar conceitos ou informações básicas incorretos, incorreções e inadequações metodológicas, nem prejuízo à construção da cidadania. Os classificatórios mostram que deve haver coerência e adequação metodológica, livro/manual do professor adequado, adequação da estrutura editorial e dos aspectos gráfico-editoriais, correção de conceitos e informações básicas e observância de preceitos éticos, legais e jurídicos.

Em relação aos critérios de avaliação da área de Língua Portuguesa, que são classificatórios, observam-se itens relativos à natureza do material textual, à leitura, à produção de textos, aos conhecimentos linguísticos, ao trabalho com a modalidade oral e ao manual do professor.

Os critérios de análise das obras perpassam, em breves linhas, o que é desejável para um Ensino profícuo de Língua Portuguesa na escola: privilegia-se

o aspecto interacional da linguagem, favorecendo o uso e a análise da língua, nas modalidades oral e escrita, considerando os diversos contextos e contemplando o texto como unidade básica do ensino na diversidade de gêneros.

3) Considerações sobre a adoção do livro didático: adotar ou não adotar um livro?

A condição ideal de trabalho do professor na atualidade da escola pública brasileira é praticamente inexistente: ser bem remunerado, ter condições de formação continuada aprofundada e relacionada às práticas docentes, produzir seu próprio material de trabalho, ter acesso a obras diversas de autores renomados e de referência em diferentes mídias, ter estrutura física adequada à sua proposta teórica e metodológica, dentre outros aspectos. Como, quase sempre, essas condições não estão sendo garantidas ao professor, pensamos que o livro didático será de grande utilidade no cotidiano escolar. Há a necessidade de propiciar aos alunos o contato com a diversidade textual existente fora da escola, a diversidade que circula nas diferentes instâncias sociais; assim, o material textual trazido pelo livro didático de Língua Portuguesa poderá ser uma coletânea de textos a serem lidos e discutidos pelos alunos em sala de aula. Nesse sentido, o livro constitui-se uma possibilidade de ampliação do conhecimento letrado dos alunos. Além disso, o livro, por meio do manual do professor e mesmo pelos comentários expressos nas atividades e nas sugestões de resposta, pode transformar-se em material de estudo, aprofundamento do conteúdo e possibilidade de reflexão e avaliação da prática docente.

Outro aspecto a ser considerado é o direito do aluno ao recebimento do livro didático gratuitamente. Muitas vezes, este constitui um dos únicos materiais textuais com os quais o aluno tem contato e pode tê-lo consigo, levando-o para casa e tendo a chance de manuseá-lo com frequência.

4) Como escolher o livro?

Para a escolha do livro didático, são necessárias algumas reflexões básicas. Primeiramente, sabemos que muitos professores usam prioritariamente critérios gráficos de seleção, sem uma análise detalhada das obras a que têm

acesso. Quem está inserido em uma escola na atualidade, sabe o quanto é difícil conseguir reunir grupos de professores para realização de reuniões e discussões mais alongadas sobre temas diversos de interesse pedagógico e/ou administrativo. Grande parte dos docentes trabalha em turnos diferentes, ministra muitas aulas por semana, tem compromissos com horários apertados e, por isso, os prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação para comunicação das obras escolhidas, quase sempre pela internet, ficam curtos.

Outra questão é que, muitas vezes, os professores não têm acesso ao Guia de Livros Didáticos do PNLD e, na maioria das vezes, nem todas as coleções chegam às escolas. A consulta ao Guia é de fundamental importância, pois ele aponta qualidades e lacunas das obras oferecidas e apresenta também os critérios de análise das obras, de forma detalhada.

Nesse sentido, é necessário ter o Guia em mãos para a escolha, providenciar exemplares de coleções que não chegaram às escolas, fazer uma pré-análise das obras (que pode ser feita por uma comissão de professores da área, escolhidos por representar seus turnos ou ciclos – fundamental I, fundamental II, EJA, etc). Somente os professores, juntamente com a equipe diretiva da instituição, conseguirão fazer uma escolha que seja condizente com a realidade, as condições e as necessidades de aprendizagem dos alunos atendidos pela escola. É preciso uma análise minuciosa e atenta dos textos trazidos pelas obras, das atividades sugeridas, dos temas a serem trabalhados, além da forma como a proposta pedagógica é encaminhada.

O momento de discussão sobre qual obra será adotada pode tornar-se um momento de revisão das propostas pedagógicas da escola, dos critérios de avaliação dos alunos e das atividades e até mesmo dos projetos e escolhas pedagógicas a serem realizados para o próximo ano letivo. Não se pode perder de vista que o livro didático adotado deve ser aquele que melhor contribuirá para a aquisição de habilidades linguísticas pelos alunos atendidos na escola, no caso do livro didático de Língua Portuguesa. Embora seja frequente o relato, por parte dos professores, de que nem todas as atividades são adequadas e realizadas na turma, o livro poderá conter muitos aspectos positivos, como os já citados anteriormente neste texto. Assim, o professor precisa conhecer as obras oferecidas e disponíveis para, com autonomia e responsabilidade, fazer sua escolha.

Salientamos que essa escolha não deve se pautar por habilidades e preferências individuais, sejam elas do professor ou de um dos membros da equipe diretiva, como o coordenador pedagógico, por exemplo, mas de todos os profissionais da escola diretamente envolvidos e responsabilizados pela aprendizagem dos alunos.

5) Como usar o livro didático?

Em vista de nossas experiências em pesquisas e elaboração de livros didáticos, bem como na leitura das recentes obras que trazem resultados de análises de manuais e de obras aprovadas e adotadas em todo o país (ROJO *et al*, 2003; DIONÍSIO *et al*, 2003; MARCUSCHI, 2008; BAGNO, 2010), podemos trazer, em breves orientações, alguns encaminhamentos referentes ao uso dos livros na sala de aula.

Primeiramente, acreditamos que todo professor, com uma formação teórica consistente, é capaz de aperfeiçoar qualquer material, ajustando-o à sua realidade. É preciso adequar o livro ao currículo, programa, projetos e critérios de avaliação da escola, e não o contrário. Toda escola deve ter objetivos bem definidos para o ensino de Língua Portuguesa (bem como de outras disciplinas), um Projeto Político Pedagógico bem delineado e consistente; assim, os materiais usados em sala vão ao encontro de objetivos mais amplos.

Uma questão a ser discutida diz respeito à fragmentação dos textos literários. Há alguns anos, os livros apresentavam apenas trechos de obras de referência; atualmente, esse problema já foi apontado e ele surge como um critério para aprovação das coleções. Contudo, há de se pensar que, embora tenhamos textos literários na íntegra, é necessário que haja, em sala de aula, leitura de obras clássicas na nossa literatura. Em vista disso, é necessário verificar se os manuais didáticos apresentam indicações de leitura de obras de referência, o que pode levar à leitura de obras completas. Muitos livros fazem sugestões de leitura aos próprios alunos, por meio de indicações de pesquisa e enriquecimento de saberes letrados; outros, no entanto, apresentam sugestões de trabalho com obras literárias para que o professor realize e desenvolva com sua turma, como forma de ampliar as atividades propostas no volume.

Em relação à atualidade dos textos e seus temas, de fato, há que se fazer uma seleção, no momento da elaboração dos livros, de textos como notícias, reportagens, charges, história em quadrinhos, editoriais, artigos, entre outros. Em sala de aula, o professor, após usar aqueles textos sugeridos pelos livros, pode selecionar textos mais atuais e que dizem respeito à sua comunidade, à sua cidade, bairro, adaptando, assim, a leitura à sua realidade. Os temas dos textos não podem desconsiderar a realidade socioeconômica e cultural dos alunos.

No que diz respeito ao trabalho com os aspectos gramaticais, como sabemos, seria interessante que eles fossem selecionados a partir da leitura de gêneros e da produção textual dos alunos, de forma que a seleção de conteúdos para reflexão gramatical partisse das dificuldades de escrita dos alunos e das necessidades de compreensão de gêneros textuais, ou seja, o estudo da gramática é relevante na medida em que os alunos têm dificuldades na elaboração de seus textos e na medida em que a leitura demanda a gramática para melhor compreensão dos gêneros textuais. Entretanto, se a gramática já vem “determinada” no livro adotado, é preciso que o professor adapte atividades, para atender às demandas de aprendizagem de sua sala de aula.

Em relação aos gêneros textuais, é certo que hoje eles estão presentes nos livros; todavia, questionamos que tipo de trabalho vem sendo realizado para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita para a atuação social por meio da linguagem. Em relação a isso, visto que a seleção dos gêneros textuais já está pronta, temos que pensar: os gêneros escolhidos estão adequados à minha realidade? As leituras sugeridas e as produções de texto solicitadas contemplam uma boa gama de exercícios que proporcionem a aprendizagem efetiva? Com essas reflexões, o professor pode levar para a sala de aula outros textos e outras atividades, de modo a atender às necessidades de sua turma.

Alguns manuais do professor não trazem orientações claras com relação às atividades de reescrita das produções dos textos dos alunos, nem no próprio manual e nem ao longo da obra. É necessário que o professor oriente os docentes para essa atividade, fazendo reescritas coletivas, em que há seleção de trechos de textos produzidos pelos alunos e, a partir deles, são promovidas reflexões acerca de diferentes aspectos com toda a turma; e reescritas individuais, em que o professor, após correção do texto e indicação das principais mudanças necessárias, auxilia o aluno a reescrever seu próprio texto.

No tocante à oralidade, é preciso ir além das atividades de oralização da escrita, como “leia em voz alta”, “recite poemas” ou “converse com seus colegas”, “pergunte aos seus professores de outras disciplinas”. Usar efetivamente os gêneros orais em sala de aula, como entrevistas, debates, palestras, seminários, mesas-redondas, com atividades de produção, escuta e análise do texto oral, que vão contribuir para o desenvolvimento da educação linguística do aluno.

Pelas análises recentes, percebemos que as obras estão evitando uma fragmentação das etapas de ensino, propondo coleções do 1º ao 9º ano. Essa organização é de extrema importância, na medida em que se acredita que o trabalho com a linguagem deve ser feito de maneira a integrar as etapas do ensino, numa perspectiva de continuidade do processo, e não de ruptura. Assim, aliado a um desenvolvimento de reflexão gramatical, objetiva-se o uso da linguagem por meio da diversidade de gêneros textuais, cujo objetivo principal é a formação de leitores proficientes e escritores competentes.

Há coleções que contemplam as orientações teóricas e metodológicas mais recentes da Linguística, num esforço constante de despertar o aluno para uma postura reflexiva e crítica, na busca de sair do ensino tradicional que privilegiava um ensino de língua de caráter metalinguístico.

Considerações finais

Não há que se condenar ou defender o livro didático: ele é, muitas vezes, um dos únicos materiais didáticos com que podem contar os docentes no dia a dia da escola. Nesse sentido, uma boa formação teórica é indispensável para garantir a adaptação de atividades, a análise de exercícios mais adequados e proveitosos e a adequação do livro à realidade das diversas comunidades escolares brasileiras. Não há livro perfeito ou completo. Todo livro apresenta uma seleção, exclui ou elege conteúdos, que nem sempre serão os mais interessantes para um determinado grupo de alunos.

As pesquisas que trazem reflexões sobre o LD são uma escolha acertada na busca de uma escola de qualidade. Nesse sentido, é necessário que estimulemos tais pesquisas, para que se produzam novos conhecimentos fundamentais para formação inicial e continuada de professores e para que

tenhamos na escola uma relação teoria-prática eficaz. Dessa maneira, poderemos contribuir, de modo contínuo, para a ampliação das competências de leitura e escrita de nossos alunos.

Referências

BAGNO, Marcos. *Gramática, pra que te quero?* Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymará, 2010.

BRASIL/MEC. *Guia de livros didáticos PNLD 2005: Língua Portuguesa / Ministério da Educação*. – Brasília, MEC: 2005. 287 p. – (volume 2; 5ª a 8ª séries).

BRASIL. MEC. *Língua Portuguesa: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2009 / Secretaria de Educação Básica, FNDE – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2008. 136p. Disponível em:*

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12371&Itemid=86>. Acesso em 03/07/2009

DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MAGALHÃES, Tânia Guedes. *Concepção de oralidade: a teoria nos PCN e no PNLD e a prática nos livros didáticos*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Federal Fluminense.

_____. Por uma pedagogia do oral. *Revista Signum*. Universidade Estadual de Londrina. v. 11, p. 73-85, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

ROJO, R.; BATISTA, A. A. G. (orgs) *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. (trad e org Roxane Rojo). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.